PROJETO DE LEI Nº 056/93.

INTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE ELETRIFICAÇÃO E TELEFO-NIA RURAL, E DA OUTRAS PRO-VIDENCIAS.

WALDIRIO PEDRALI, Prefeito Municipal de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, em cumprimento ao disposto no Art. 87, inciso IV, da Lei Orgânica do Municipio:

Faço Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - É instituído o FUNDO MUNICIPAL DE ELETRIFICAÇÃO E TELEFONIA RURAL - FMETR, que será regulamentado por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 29 - O FMETR, servirá para incentivar e financiar projetos de redes de eletrificação e telefonia rural, bem como os equipamentos a eles destinados.

Art. 39 — constituem recursos do FUNDO MUNICIPAL DE ELETRIFICAÇÃO E TELEFONIA RURAL, as dotações orçamentárias, os auxílios estabelecidos pelos poderes Públicos, as multas e juros aplicados quando da constatação de irregularidades ou inadimplências e dos empréstimos concedidos.

Art. 49 - Os pedidos de adesão ao FMETR, deverão ser encaminhados ao Sr. Prefeito, em formulário próprio protocolado no setor competente da Prefeitura Municipal, acompanhado do projeto técnico devidamente aprovado.

Parágrafo 19 - O pedido devera ser inicialmente analisado tecnicamente pelo Setor de Eletrificação e Telefonia, depois pela Secretaria de Finanças que definirá o enquadramento após verificar a capacidade de pagamento do beneficiário.

Parágrafo 20 — Para determinar a capacidade de pagamento, haverá formulário específico para cada interessado, o qual deverá ser preenchido com todos os dados pessoais e patrimoniais do beneficiário.

Parágrafo 30 — Se não for aprovado tecnicamente ou financeiramente o enquadramento de algum interessado, deverá ser promovida reunião com os demais beneficiários que decidirão sobre a execução da obra, podendo ser reformulado o projeto técnico de tal forma que não prejudique os que tiverem os pedidos aceitos.

Parágrafo 4º - Após transcorridas as etapas acima, o projeto deverá ser novamente encaminhado ao chefe do Poder Executivo Municipal para o parecer final.

WQ



Art. 59 - O valor a ser financiado será aquele aprovado no projeto, podendo ser corrigido monetáriamente, incluindo-se os custos de material e equipamentos, abatendo-se a participação do Concessionário.

Parágrafo Unico - O Municipio, como contrapartida, participará com o projeto técnico, a mão-de-obra e o transporte de materiais.

Art. 69 - O valor total financiado, de que trata o Art. 59 desta Lei, deverá ser pago em quatro prestações anuais sucessivas, sendo a primeira antes da ligação da rede e as posteriores nos anos seguintes, com vencimento sempre na mesma data do pagamento da primeira.

Parágrafo 10- A ligação da rede do interessado, somente poderá ser efetuada após a emissão de documento pela Concessionária, indicando nominalmente os que se encontram quites com o valor da entrada.

Parágrafo 29 - Os recursos do FMETR somente atenderão as redes externas ou em via pública.

Art. 79 - O valor financiado será convertido em produto, no caso sacas de milho de 60 Kg (sessenta quilogramas), ao preço mínimo oficial no día do efetivação do contrato.

Art. 89 — Para que não ocorra inadimplência, será firmado Contrato Particular o qual definirá as cláusulas e condições do financiamento.

Art. 99 - O Municipio incumbir-se-á de executar as obras, devendo apresentar relatório ao final do exercício, contendo quilometragem, transformadores, beneficiários, custos, saldos, número de inadimplentes, bem como outros fatores porventura existentes.

Parágrafo Unico — A Secretaria de Finanças, após dez dias da data do relatório, executará na forma legal, os inadimplentes atrvés da procuradoria municipal.

Art. 10 - As obras serão executadas a partir de 15 dias úteis da assinatura do Contrato Particular, considerando-se como início a aquisição dos materiais e equipamentos.

Parágrafo Unico — A execução das obras obedecerá a ordem cronológica da assinatura do contrato não podendo ser alterada, a não ser por motivos justificáveis, que deverão constar no relatório final do exercício.

Art. 11 — A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposiçõles em contrário.

Wy



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PASSOS

"CAPITAL DA REGIÃO CELEIRO"

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRES PASSOS

Três Passos, 19 de Outubro de 1993.

WALDIRIO PEDRALI Prefeito Municipal